



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 009/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 2165/2009 – 14 volumes.**

**Apensos:** Processos nºs. 4206/2008 e 2708/2009.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.

**4- Exercício:** 2008.

**5- Responsáveis:** Srs. Fernando Falabella, período de 1/1/2008 a 31/3/2008, e Carlos da Silva Amora, período de 2/4/2008 a 31/12/2008, respectivamente Prefeito e Ordenador de Despesa.

**6- Unidade Técnica:** Informação Conclusiva 1060/2014-DICAMI.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3503/2014-MP/ELCM – Procuradora de Contas Elizângela Lima Costa Marinho.

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2008.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a  
desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando a **Desaprovação das Contas da Prefeitura de São Sebastião do Uatumã, exercício 2008**, sob a responsabilidade dos Prefeitos **Sr. Fernando Falabella, no período 1.1.2008 a 31.3.2008**, e do **Sr. Carlos da Silva Amora, no período de 2.4.2008 a 31.12.2008**, nos termos do §1º e §2º do art. 31 da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, inciso I do art. 1º c/c art. 29 da Lei 2.432/96 e art. 3º da Res. 9/97.

**10- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de fevereiro 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Raimundo José



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 009/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1 – Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

**ACÓRDÃO Nº 009/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 009/2015)**

**1- Processo TCE nº 2165/2009 – 14 volumes.**

**Apensos:** Processos nºs. 4206/2008 e 2708/2009.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.

**4- Exercício:** 2008.

**5- Responsáveis:** Srs. Fernando Falabella, período de 1/1/2008 a 31/3/2008, e Carlos da Silva Amora, período de 2/4/2008 a 31/12/2008, respectivamente Prefeito e Ordenador de Despesa.

**6- Unidade Técnica:** Informação Conclusiva 1060/2014-DICAMI.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3503/2014-MP/ELCM – Procuradora de Contas Elizângela Lima Costa Marinho.

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2008.

*Contas irregulares. Alcance. Multa aos responsáveis. Remessa dos autos à DICREX. Determinação à origem. Arquivamento de processo anexo.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1 - julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura de São Sebastião do Uatumã, exercício 2008**, sob a responsabilidade dos Prefeitos e Ordenadores de Despesas **Sr. Fernando Falabella, no período 1.1.2008 a 31.3.2008**, em razão de grave infração a normas legais e dano ao erário (irregularidades 2.3 a 2.40 e 2.42 a 2.44 e 2.119 apenas quanto ao item 11) e do **Sr. Carlos da Silva Amora, no período de 2.4.2008 a 31.12.2008**, em razão de grave infração a normas legais e dano ao erário (2.47, 2.48, 2.49, 2.51, 2.52, 2.57, 2.59, 2.61, 2.62, 2.63, 2.66, 2.67, 2.69, 2.70, 2.71, 2.72.1 a 2.72.5 e 2.73.1 a 2.73.4 e 2.73.6 a 2.73.9, 2.76.1 a 2.76.4, 2.81.1 a 2.81.4, 2.82.1 a 2.82.5 e 2.82.7 e 2.82.8, 2.73.9, 2.74.1 a 2.74.3 e 2.74.5, 2.75, 2.77, 2.79, 2.83, 2.84, 2.85, 2.91, 2.94, 2.93, 2.96, 2.99, 2.101, 2.105, 2.102, 2.106, 2.109, 2.107, 2.113, 2.119 apenas quanto aos itens 3, 5, 9, 10 e 13).



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 009/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 009/2015)**

**9.2** - considerar em **alcance** o **Sr. Fernando Falabella**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de **Sebastião do Uatumã**, no período **1.1.2008 a 31.3.2008**, no montante total de R\$ 221.203,65 (duzentos e vinte e um mil duzentos e três reais e sessenta e cinco centavos), em razão das irregularidades 2.18, 2.21, 2.22, 2.23, 2.26, 2.30, 2.35, 2.36 e 2.119 apenas em relação ao item 11 (todas discriminadas no Relatório e analisadas no Voto desta Proposta de Voto), em pleno cumprimento ao inciso I do art. 304 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM);

**9.3** - considerar em **alcance** o **Sr. Carlos da Silva Amora**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no período de **2.4.2008 a 31.12.2008**, na pessoa de seus sucessores e/ou espólio representado pela **Sr. Regina Maria de Castro Amora**, no limite do patrimônio transferido, no montante total de R\$ 523.113,32 (quinhentos e vinte e três mil cento e treze reais e trinta e dois centavos), em razão das irregularidades 2.67, 2.71, 2.73.9, 2.75.4, 2.77.4, 2.79.1, 2.79.3, 2.79.5, 2.85, 2.119 apenas em relação aos itens 3, 5, 9, 10 e 13 (discriminadas no Relatório e analisadas no Voto desta Proposta de Voto), em pleno cumprimento ao inciso I do art. 304 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM);

**9.4** - aplicar multa ao **Sr. Fernando Falabella**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de **Sebastião do Uatumã**, no período **1.1.2008 a 31.3.2008**, no valor de R\$ 16.448,68 (dezesesseis mil quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais irregularidades 2.3 a 2.40 e 2.42 a 2.44 e 2.119 apenas quanto ao item 11 (discriminadas no Relatório e analisadas no Voto desta Proposta de Voto);

**9.5** - fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do Ofício de comunicação da Decisão, para que os Responsáveis comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Município de São Sebastião do Uatumã dos montantes declarados em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei n. 2.423/96);

**9.6** - fixar o prazo de 30 (trinta) dias, em relação ao Sr. Fernando Falabella, para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

**9.7** - remeter os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

**9.8** - **arquivar** o Processo 4206/2008 que trata sobre irregularidades relacionadas ao sistema ACP, já que estão compreendidas no conjunto das irregularidades já analisadas nesta Prestação de Contas.

**9.9** - determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 009/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 009/2015)**

- observe estritamente o prazo previsto no art. 4º da Resolução 7/2002 – TCE/AM, acerca da remessa de dados e demonstrativos contábeis a esta Corte de Contas, via Sistema de Auditoria de Contas Públicas - ACP;
- institua, no Município, um Sistema de Controle Interno que possibilite a execução de Auditoria Prévia dos atos praticados em cada exercício, conforme estabelecem os artigos 31 e 74 da Carta Maior de 1988 c/c o artigo 45 da Lei n. 2423/96 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas);
- observe o correto preenchimento dos dados no Sistema ACP, de forma a evitar incongruências destes com os dados registrados na prestação de Contas a ser encaminhada ao Tribunal;
- encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei 2423/96 e do §1º da Resolução 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF;
- nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei 8666/93), entre outras;
- em caso de emergência que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93;
- realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei 8.666/93;
- utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei 8.666/93;
- adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 8f70BBEE-8EAB3FBD-CDF05B43-E46C289A



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº 009/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 009/2015)**

- atenda ao estabelecido no art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que prever Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- cumpra com rigor a Lei 8.666/93 em especial: a) Formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo: d1) número do processo e modalidade de licitação; d2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d4) campo específico do valor unitário e quantidade; d5) número do empenho sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;
- atenda com rigor os artigos 14; 16, 20 e 26 da Lei 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;
- recolha dentro do prazo determinado as contribuições ao INSS, a fim de evitar o pagamento de juros e multas (alínea “b” do inciso I do art. 216 do Decreto 3.048/99).
- observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

**10- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de fevereiro 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1 – Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.





**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº 009/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 009/2015)**

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 8F70BBEE-8EAB3FBD-CDFC5B43-E46C289A